

A História Medieval na graduação em História: da pesquisa à docência

Medieval History in the History Degree: from research to teaching

André Luis Pereira Miatello

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Resumen

Pretendemos evaluar el lugar ocupado por la asignatura de Historia Medieval en los cursos de pregrado en Historia en Brasil, discutiendo su papel, justificación y viabilidad. Nuestro punto de partida será el presupuesto de que la Edad Media, en aquello que tiene de *medium* entre la Antigüedad y Modernidad, puede ser un importante momento para una discusión fundamentada de las bases teóricas e ideológicas del proyecto de la modernidad en términos de ruptura con la tradición; por otra parte, creemos que este papel de intermediaria entre dos tiempos dotados de un inmediato significado de época confiere a la asignatura de Historia Medieval un valor heurístico explícito en la medida que proporciona la integración de los saberes históricos relativos a la Historia Moderna, a la colonización del continente americano y a la formación de Brasil.

Palabras clave

Historia Medieval – Enseñanza de Historia – Pregrado

Abstract

This paper aims to evaluate the role played by Medieval History in Undergraduate Degree in History in Brazil; we intend to discuss their role, justification and usability. Our starting point is the proposition that the Middle Ages, as a medium between Antiquity and Modernity, can be an important place for a reasoned discussion of the theoretical and ideological foundations of Modernity in terms of a break with tradition. Furthermore, we believe that the intermediary role played by Medieval History gives an explicit heuristic value to this scholar subject and provides the integration of historical knowledge relating to Modern History, American colonial history and Brazilian history.

Keywords

Medieval History – History teaching – Undergraduate study

Recepción de artículo: 3-3-2017

Aceptación de artículo: 19-5-2017

Introdução

Em uma pesquisa sobre a situação institucional dos estudos medievais nas universidades brasileiras, realizada em 2007, e publicada na França, em 2010¹, verifica-se que, das 46 instituições de ensino superior que possuem programas de pós-graduação em História², todos os correspondentes cursos de graduação oferecem a disciplina de História Medieval que, em 2007, era ministrada por 78 docentes. Olhando mais detidamente, os autores da pesquisa mostram que, destes 78 professores de História Medieval, apenas 39 possuíam formação específica na área, isto é, ao menos um título de pós-graduação *stricto sensu*, o que totaliza a metade destes profissionais. Ressalte-se que, a depender da universidade, existe mais de um docente designado para a disciplina de História Medieval, o que, em alguns casos, garante a presença de ao menos um medievalista. Se estes dados fossem atualizados para o ano de 2016, notaríamos que alguns cursos de História, antes desprovidos de medievalistas, passaram a ter pelo menos um, como aconteceu, por exemplo, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); mas, se à lista apresentada, acrescentássemos as graduações de universidades não consideradas anteriormente, o quadro geral melhoraria ainda mais³.

Temos, portanto, de reconhecer que, com a expansão de postos de trabalho, os medievalistas puderam preenchê-los e, mesmo onde não houve expansão, a renovação das vagas também lhes foi favorável. Para o ensino de História Medieval, isso significa igualmente uma melhora qualitativa, pois supõe-se

¹ Asfora, Aubert, Castanho 2010, p. 55.

² Os autores estão preocupados com a produção e reprodução do campo de estudos medievais no Brasil e, por isso, priorizaram os programas de pós-graduação de instituições que também tivessem o curso de graduação em História (público ou privado). A relação entre pesquisa e docência como condição de desenvolvimento da área de estudos medievais constitui também a minha premissa. Para as finalidades propostas neste estudo, tomarei por agentes do ensino/pesquisa de História Medieval o historiador dotado de formação específica em História Medieval, chamado aqui de medievalista; assumo mais uma vez o ponto de vista de Asfora, Aubert, Castanho 2010, p. 62 ao definir como medievalista o professor-pesquisador que produziu, em pelo menos um dos níveis da pós-graduação *stricto sensu*, uma monografia centrada nos estudos medievais.

³ Só para citar alguns exemplos de IES que passaram a ter medievalista para as disciplinas de História Medieval, desde 2007: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal do Amapá (UFAP), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Estadual de Goiás (UEG).

que o profissional especializado esteja em melhores condições de executar seu trabalho. Além disso, cumpre lembrar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de História (2001)⁴ obriga o curso de graduação a capacitar o graduado ‘ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão’, o que não se faz sem que ensino e pesquisa caminhem juntos.

Entretanto, se esta realidade nos deixa entusiasmados, não convém nos esquecer que tal crescimento de área se deve ao processo de expansão do ensino superior suscitado, sobretudo, pelo governo federal, desde, pelo menos, 2001. Néri de Barros Almeida⁵ avalia esta situação nestes termos: ‘Os estudos medievais no Brasil não se desenvolveram em resposta a demandas da área de história, mas do aumento do incentivo à pesquisa e da organização dos ambientes de estudo em geral promovidos pelo Estado’. Não creio que a autora, ao formular este juízo, avalie negativamente o papel do Estado no crescimento de nossa área. O problema que ela identifica reside no âmbito ‘do convívio científico das demais disciplinas da história e áreas das ciências humanas’⁶, em cujo meio os estudos medievais, apesar de seu expressivo incremento⁷, ainda não foram suficientemente acolhidos; a constatação deste desnível entre o apoio crescente do Estado e a baixa recepção acadêmica dos estudos medievais obriga o medievalista a ‘estabelecer [ainda] um primeiro terreno de legitimidade enquanto os recursos materiais para estes estudos já existem’⁸.

A afirmação de Almeida, lida à luz dos dados recém-apresentados, aumenta o mal-estar constante de quem está envolvido com a área ou que flerta com os temas medievais. É bem verdade que esse mal-estar não é exclusivo de brasileiros; em 2007, Joseph Morsel publicou um livro eletrônico, acessível gratuitamente pela internet, cujo título traduzido é: “A História (da Idade Média) é um esporte de combate”; como se não fosse suficiente saber que, na França, um medievalista precisa “lutar” para afirmar seu ofício, o subtítulo

⁴ Trata-se do Parecer CNE/CES 492/2001, disponível na plataforma do MEC.

⁵ Almeida 2013, p. 8.

⁶ Almeida 2013, p. 8.

⁷ Quanto a isso, os textos de Franco Júnior e Bastos (2003), Bastos e Rust (2008), de Asfora, Aubert e Castanho (2010), entre outros, já mapeiam a intensidade do desenvolvimento da medievalística brasileira, desde, pelo menos 1934.

⁸ Almeida 2013, p. 2.

da obra é igualmente clamoroso: “Reflexões sobre as finalidades da História Medieval destinadas a uma sociedade na qual mesmo os estudantes de História se interrogam”.

Deixando de lado os efeitos sociais de 200 anos de preconceito ocidental para com este período, tomarei as provocações de Néri Almeida e de Joseph Morsel como pressupostos para um raciocínio, em primeiro lugar, no nível da historiografia e na relação com ela e, em segundo lugar, no nível da docência na graduação, que possa afirmativamente justificar o lugar da História Medieval na formação dos novos historiadores. Isso porque creio que os dois problemas apontados por Almeida e por Morsel podem ser enfrentados por uma eficaz e programática ação dos medievalistas dentro das salas de aula. Desde 1990, os nossos colegas vêm se dedicando aos programas de pós-graduação, cujos bons resultados se observam nos indicadores da CAPES, mas, este entusiasmo pela pós-graduação parece não ter atingido suficientemente a graduação, a não ser para vê-la como celeiro de vocações para a área. Tenho para mim que a capacidade formadora do medievalista na graduação está subaproveitada, muitas vezes restrita à defesa da necessidade de se saber de Idade Média. Somos especialistas num período que é o entrecruzamento de duas temporalidades (a Antiguidade e a Modernidade), que o projeto ideológico liberal-burguês dos séculos XVIII-XIX absorveu e reinventou como parte de uma grande proposta de dominação que ainda persiste; isso nos capacita a interagir construtivamente com as discussões e interpretações provocadas pela historiografia antiquista, modernista ou contemporaneísta que tem questionado essa falsa familiaridade e desmascarado seu poder destrutivo. É assim que surge a função “mediadora” do medievalista e do ensino de História Medieval e, frente a isso, pouco importa se esta ou aquela cultura teve uma “Idade Média”, pois estamos todos no fluxo de um novo regime de historicidade, inventado pela modernidade europeia, que transbordou seus limites e atingiu os outros continentes afetando a maneira de entender o fluxo da história⁹.

Dividi o artigo em três partes interdependentes: na primeira, quero submeter a história da pesquisa e do ensino da História Medieval no Brasil a uma crítica, de caráter institucional e acadêmico, com o fito de saber por que, a despeito de uma longa presença na universidade, ainda se exige que o medie-

⁹ Marías 1985, p. 51.

valista “defenda” seu ofício. Na segunda parte, partirei de uma obviedade que nada tem de elementar, isto é, que a História Medieval faz parte da História: superando os obstáculos postos, por exemplo, por Francesco Petrarca, o propósito é destacar os elementos históricos conectores que permitem à chamada Modernidade instaurar o novo com base no antigo; neste sentido, a História Medieval não seria mais o vazio que separa, mas o chão que une e que permite, hoje, ao historiador fazer a crítica da narrativa da Modernidade. Por fim, na terceira parte, quero dedicar algumas linhas ao problema do ensino de História Medieval no curso de graduação de História. O propósito é bem mais restrito do que o ensino escolar básico; terei em mente o futuro profissional de História e seu papel de educador. Não oferecerei dicas de como ensinar história medieval, antes irei problematizar as possibilidades de ensino desta disciplina e sua potencialidade heurística.

Ensino e pesquisa de História Medieval no Brasil: uma crítica necessária

A crítica que julgo necessária, em se tratando dos estudos medievais no Brasil, incide no legado historiográfico (ou, para alguns, na ausência dele) que a nossa medievalística foi e é capaz de oferecer ao debate mais amplo acerca do lugar do ensino e da pesquisa em História em nosso país. Escusado dizer que este debate, em virtude da reforma curricular suposta na constituição de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tornou-se ainda mais premente, pois agora transcende o ambiente meramente acadêmico e atinge a educação escolar básica; é um problema que não reside apenas na expulsão de toda ou praticamente toda a referência à História Medieval (e Antiga) dos currículos ou na escolha da História do Brasil ‘como alicerce a partir do qual tais conhecimentos serão construídos ao longo da Educação Básica’¹⁰, mas na própria visão que se tem da História e de seu papel na formação das novas gerações.

Se refiro-me a “legado historiográfico” da medievalística brasileira é para ressaltar, em primeiro lugar, sua longa trajetória que, de resto, acompanha aquela da fundação do campo historiográfico no país, como são concordes em ressaltar os colegas que já discutiram esse legado¹¹. Em segundo lugar, por considerar

¹⁰ BNCC/MEC 2015, p. 242.

¹¹ Refiro-me aos trabalhos de Hilário Franco Júnior e Mário Jorge da Motta Bastos 2003, de Mário Jorge da Motta Bastos e Leandro Duarte Rust 2008; de Ana C. Almeida e Clínio Amaral 2008; de Wanessa Asfora, Eduardo Aubert e Gabriel Castanho 2010; de Néri de Barros Almeida 2013 e Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva 2013.

que a medievalística brasileira conheceu fundadores e que eles, mesmo sem ter sido elevados ao patamar de ícones modelares, souberam consolidar este campo de estudo no Brasil em conexão com a historiografia universitária, não a despeito dela. Ora, a pesquisa e o ensino de História Medieval são tão antigos como a própria universidade brasileira, e isso é um fato que tem de ser levado em conta ao enfrentarmos o ceticismo daqueles que, no dizer de Almeida, negam a estes estudos a sua legitimidade. Se à história do Brasil falta uma “Idade Média”, enquanto época, não falta à nossa historiografia a “Idade Média” como campo de saber: o ponto inaugural é a fundação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, com sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), cuja 5ª Seção de História e Geografia, comportava a cátedra de História da Civilização ocupada, por décadas, por medievalistas. O projeto ideológico-político que esteve por trás da criação da USP não aceitava colocar a institucionalização do saber a serviço da perspectiva da afirmação da nação, antes visível no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, depois, no Estado Novo de Getúlio Vargas¹². O conceito de civilização adotado pela FFCL para intitular as cátedras de História já denuncia o desacordo entre o projeto nacionalista de Vargas e a posição liberal dos mentores da universidade. Desse modo, não é curioso que a crítica à perspectiva da nação tenha contribuído para que os estudos medievais, no Brasil, tivessem um começo e um futuro, criando, assim, a demanda contínua por pesquisadores.

Muito se discute sobre a importância da chegada da equipe de professores franceses que veio para ocupar as cátedras de História e Geografia da FFCL; apesar de a análise desta história estar ainda em marcha¹³, destacam-se a influência dos ideais da, então, recém-criada revista dos *Annales*, cujos entusiastas estiveram entre os franceses que vieram para trabalhar na USP e, logo depois, na Universidade do Distrito Federal (UDF), instaurada em 1935, no Rio de Janeiro¹⁴. Difícil não ver o influxo de professores como Émile Coornaert (1886-1980), medievalista, aluno de Henri Pirenne e de Ferdinand Lot¹⁵, em cuja pesquisa se observa a centralidade da história econômica, influenciado

¹² Cardoso 1982.

¹³ Os trabalhos que investigam a influência dos *Annales* na fundação da historiografia universitária brasileira são numerosos; indico apenas os que consultei durante a escrita deste texto: Ferreira 2005; Rodrigues 2013; Roiz, Santos 2012.

¹⁴ Ferreira 2005, p. 232.

¹⁵ Schneider 1982, p. 116.

por Henri Hauser (1866-1946), um dos fundadores dos *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, em 1929¹⁶. Hauser, aliás, além de ser um dos maiores responsáveis por arremeter historiadores para as missões francesas que se sucederam nos primeiros anos da USP, fez parte da primeira geração de professores da UDF¹⁷.

Em 1939, a Cátedra de História da Civilização desmembrou-se em duas: História da Civilização Antiga e Medieval e História da Civilização Moderna e Contemporânea. Para esta primeira cadeira de História Medieval, Fernand Braudel, que sucedera a É. Coornaert, em 1935, indicou seu aluno Eurípedes Simões de Paula (1910-1977), que já desenvolvia seu doutorado sobre o medievo; portanto, apesar de uma inspiração francesa, o ensino/pesquisa de História Medieval, no Brasil, começou com um brasileiro. Em 1942, a tese defendida por Simões de Paula, a primeira do Brasil (“O comércio Varegue e o Grão Principado de Kiev”, de 1942), ao contrário do que acredita Almeida¹⁸ prenuncia, sim, o futuro da medievalística, auxiliado, particularmente, por Eduardo d’Oliveira França (1917-2011), com a tese “A realeza em Portugal na Idade Média e as origens do absolutismo” (1945) e por Pedro Moacyr Campos (1920-1975); apesar de Campos ter redigido a tese investigando História Antiga (“Alguns aspectos da Germânia Antiga, através dos autores clássicos”, de 1945), foi ele o grande mentor da segunda geração de medievalistas da USP, muitas vezes orientando, de fato, os alunos de Eurípedes de Paula¹⁹. Esta primeira tríade inaugura, portanto, os estudos medievais e simultaneamente lança-nos à órbita historiográfica de É. Coornaert, H. Hauser, M. Bloch, F. Braudel, ou seja, da nova escola dos *Annales* que, naquele momento, orientava também as demais pesquisas da universidade²⁰.

Entre 1951 e 1973, foram defendidas, na USP, 14 teses em História Medieval. Este número não é pequeno se comparado com as demais áreas de especialização neste mesmo período: foram 9 teses sobre História Antiga; 2 teses sobre História Moderna; 1 tese sobre História Contemporânea; 6 teses sobre História da América; 24 teses sobre História do Brasil Colonial; 19 teses sobre História do Brasil Império e 8 teses sobre História do Brasil

¹⁶ Ferreira 2005, p. 234.

¹⁷ Ferreira 2005, p. 232.

¹⁸ Almeida 2013, p. 10.

¹⁹ Asfora, Aubert, Castanho 2010, pp. 95-96.

²⁰ Capelato, Glezer, Ferline 1994, p. 351.

República²¹. Comparativamente, a História Medieval só perde para as áreas de Brasil Colonial e Imperial, mas mesmo assim, sem uma grande discrepância numérica. Estes dados podem ser aumentados levando-se em conta, por exemplo, o artigo de Franco Júnior e Bastos²²: entre 1942 e 2000, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) gerou 2.638 doutores, sendo que 683 em História, o que representa 26% do total; destes 26%, 48 são doutores em História Medieval, o que perfaz 7% de 683 doutores.

Tomei apenas o caso da USP por razão de brevidade; porém, se somássemos a estas cifras os dados dos outros dois importantes centros de estudos históricos e medievais, como a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), veríamos que, com razão, a medievalística histórica, no Brasil, acompanhou de perto o crescimento da própria área de História, o que deveria destituir de sentido a alegada ilegitimidade historiográfica dos estudos medievais nas universidades brasileiras. Ironicamente, a situação persiste e as causas parecem ser diversas: ‘a medievalística do século XXI será, por força e por razão, uma ciência europeia’²³; ‘ausência de identidade cultural ou acadêmica com o período’²⁴; ‘o reconhecimento da qualidade peculiar da Idade Média como um tempo vazio’²⁵; o fato de que ‘um dos traços característicos da “escola uspiana” de história medieval [nos anos 1970] era a adoção de uma posição polêmica em relação aos modelos marxistas [predominantes]’²⁶; ‘a história da Idade Média é um “buraco negro” de nossa ideologia’²⁷, e os exemplos poderiam se multiplicar.

Bastos e Rust²⁸ trazem resultados de uma enquete realizada em 2007, com 63 profissionais universitários que lidam com História Medieval; destes, pelo menos 1/3 destacou, para além da falta de reconhecimento acadêmico, problemas de natureza institucional, como o baixo incentivo de colegas de outras áreas, dos departamentos e programas de pós-graduação. O desincentivo pode, pior ainda, desbordar para o âmbito discente, e tomar ares de assédio moral. Segundo o testemunho de uma especialista que atua no Rio de Janeiro, quando

²¹ Capelato, Glezer, Ferline 1994, p. 357.

²² Franco Júnior, Bastos 2003, n. 8.

²³ Guerreau 2002, p. 213.

²⁴ Almeida 2013, p. 2.

²⁵ Dagenais, Greer 2000, p. 437.

²⁶ Asfóra, Aubert, Castanho 2010, p. 105.

²⁷ Morsel 2007, p. 37.

²⁸ Bastos, Rust 2008, p. 186.

alunos de graduação manifestam particular interesse pela pesquisa na área de Medieval, professores de outras áreas costumam desencorajá-los e sugerir o estudo de períodos “mais fáceis” e “mais pertinentes”²⁹. No bojo do descrédito pelo estudo da História Medieval, reside o recorrente problema causado pela inexistência de Idade Média no Brasil, o que pode ter implicado, 9 anos depois, nas escolhas pedagógicas da equipe de historiadores e pedagogos que redigiram o texto prévio para o Componente Curricular História, da BNCC.

Não me parece exagerada a descrição desta animosidade para com os estudos medievais. Quanto a isso, o testemunho de outra medievalista anônima, arrolado por Bastos e Rust³⁰, expressa exatamente a intensidade do incômodo e por isso, reproduzo-o aqui:

(...) desde a Iniciação Científica fui acusada de estudar assunto sem importância para a realidade nacional. O ingresso no Doutorado também não foi tranquilo; apesar de aprovada no concurso, meu ingresso foi discutido em reunião do Conselho da Pós-Graduação e, na ocasião, foi questionada a validade de uma universidade pública brasileira manter uma pesquisa sobre a ‘história do outro’ (da Espanha medieval).

Deixando de lado a estupidez de se pensar que estudar história significa estudar “a minha história” ou o que com ela tem alguma referência, temos de notar, caso seja inteiramente comprovado o acontecimento descrito, a ainda mais ridícula opinião de que a “história da Espanha medieval” (sic) não tem nada que ver com a história do Brasil. Para responder a isso, basta recordar, como o fazem muito bem Bastos e Rust³¹, o debate historiográfico travado na década de 1960, quando Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães discutiam a política de terras no Brasil, oriunda do processo colonizador, e atribuíam o subdesenvolvimento do país ao sistema de dominação feudal trazido para as Américas por Portugal e Espanha (!). No fundo, não dá para saber se o reducionismo contido na opinião de quem acha que gastar dinheiro público com um estudo supostamente pouco ligado ao Brasil tem a ver com a História do Brasil, em si, ou com posturas acadêmicas (ou políticas?) que comandam nossos departamentos. Digo isso porque, embora se saiba que, a partir, sobretudo, do século XIX, é quase impossível entender a História do Brasil sem entender os Estados Unidos da América, é muito raro encontrar

²⁹ Bastos, Rust 2008, p. 186.

³⁰ Bastos, Rust 2008, p. 187.

³¹ Bastos, Rust 2008, p. 169.

um curso de graduação em História que tenha uma disciplina obrigatória de História Norte-americana.

Deixando de lado alguns aspectos insolúveis da dinâmica acadêmica prática (a concorrência entre as áreas) e teórica (o preconceito para com o período medieval), as informações colhidas nos põem diante de uma realidade bastante desafiante; evocar os primeiros passos da fixação da medievalística na universidade brasileira é só um modo de dizer que os estudos medievais ajudaram a garantir o espaço da pluralidade que esteve no projeto fundador da universidade, e a garantir que a nossa historiografia conseguisse conectar a História do Brasil na perspectiva da história do mundo. A conjuntura favorável oferecida pelo Estado, desde os anos 2000, tem sido aproveitada pelos medievalistas de uma maneira, creio, mais estratégica e mais orgânica, pois, como apontam os autores, estamos numa terceira fase (iniciada em 1996), a da criação de redes de pesquisa em âmbito nacional; os inúmeros acordos de pesquisa/intercâmbio com universidades estrangeiras lançaram os medievalistas do Brasil a uma posição institucional mais confortável no cenário da área, dando, inclusive, maior visibilidade para a historiografia aqui produzida³².

Com a expansão universitária iniciada nos anos 2000, os cursos de História foram levados para regiões até então periféricas em relação aos antigos centros acadêmicos e, com isso, o ensino de História Medieval também se expandiu geograficamente; esta expansão também provocou o aumento de Programas de Pós-Graduação em História o que redundou na ampliação de lugares em que são formados os medievalistas brasileiros que, como vimos, ocupam a maior parte das disciplinas de História Medieval. Nossos colegas trabalharam para aumentar sua presença no universo digital, investindo parte de seus esforços na preparação de plataformas virtuais na internet, não só para divulgar obras/eventos, mas igualmente para contribuir para a pesquisa.

Devido a este círculo virtuoso, temos o avanço qualitativo e quantitativo da produção bibliográfica nacional sobre História Medieval (revistas especializadas bem conceituadas; dossiês temáticos; artigos de grande circulação;

³² Destaco os congressos internacionais havidos no Brasil ou no exterior, cujo tema era pensar a contribuição da medievalística produzida fora da Europa, particularmente a brasileira e latino-americana. Menção especial ao Programa *Le Moyen Âge vu d'ailleurs*, desenvolvido pelo Centre d'études médiévales d'Auxerre - os encontros aconteceram em Auxerre (2002), São Paulo (2003), Madri (2005) e Buenos Aires (2006) - e ao Congresso *Pourquoi étudier le Moyen Âge au XXIe siècle*, realizado em São Paulo (2008).

livros-coletânea; atas de congresso; livros autorais, etc.). Os medievalistas brasileiros começaram a chamar a atenção do universo acadêmico e a ocupar postos importantes dentro das universidades, das instituições de fomento, nos órgãos de governo e nas entidades representativas de classe.

Creio que estes indicadores mostram o descompasso entre a contribuição dos estudos medievais no Brasil para a historiografia brasileira e a sua real consideração na prática universitária. Mais do que criticar o ambiente em que vivemos, quero propor uma outra postura acerca do lugar da disciplina de História Medieval no processo formativo do historiador profissional brasileiro, isto é, daquele que passa pelos bancos da graduação em História (bacharelado e licenciatura). Por razão de brevidade, falarei de História Medieval tão-somente enquanto disciplina universitária.

A História Medieval como parte da História

Sem dúvida, isto é uma obviedade, mas, na prática, não é! O motivo é muito evidente, apesar de complicado: faz tempo que sabemos que o adjetivo “medieval” foi forjado intencionalmente com o intuito de expressar uma privação de sentido, não um período de tempo ou uma época da história. Nas *Epístolas Métricas*, de Francesco Petrarca, encontramos o prenúncio de todos os mal-entendidos: ‘(...) pois houve, e certamente haverá de novo, uma era mais feliz. No meio, em nosso tempo, vedes a confluência de ignomínias e torpezas; o ninho dos graves males nos possui’³³. A um só tempo impulsionado pela nova sensibilidade estética, no século XV italiano e, depois, pelo racionalismo filosófico, do século XVII, o adjetivo “medieval” foi entrando para o senso comum como expressão de ambiências diversas, quase todas referidas à fantasia, à imaginação, ao exotismo curioso, ao grotesco, ao exagero, ao totalmente diferente do “nós”. Assim, uma história “medieval” vê-se confrontada com estas referências instauradas na cultura ocidental que, mesmo quando valoriza a fantasia e a imaginação, não considera que estas coisas façam parte daquilo que consideram coisas sérias.

³³ Francesco Petrarca, *Ad Franciscum Priorem, Epistulae Metricae*, III/33: ‘[...] *nam fuit, et fortassis erit, felicius evum./In medium sordes, in nostrum turpia tempus/confluxisse vides, gravium sentina malorum/nos habet.*’ In: Schönberger, Schönberger 2004, p. 322.

Por uma questão de metonímia, a História Medieval ensinada na graduação em História também não figura entre as coisas sérias! A História Antiga é séria: nos fala da democracia grega e da república romana! A História Moderna é séria: ensina-nos sobre o surgimento dos Estados constitucionais, do parlamentarismo, do liberalismo econômico, da ciência experimental! A História Contemporânea é mais séria ainda: trata da Revolução Francesa e da Americana, da laicidade do Estado, dos direitos humanos, do liberalismo político, da teoria política baseada no pressuposto do individualismo e do monopólio exclusivo da força pelo Estado; fala da física atômica, das primeiras faculdades de História e o melhor de tudo, do Estado-nação, esse novo deus intransponível, cruel e tirânico, que domina nossas consciências, individuais e coletivas.

Com exceção da Antiguidade (que ocupa, a meu ver, outro campo epistêmico), a Modernidade e a Contemporaneidade foram gestadas a partir de projetos ideológicos de contornos políticos muito precisos de ruptura com o passado (a fundação do novo) e de ruptura de todo significado social e político de tradição e, portanto, de autoridade, como nos lembra Hannah Arendt.

A Modernidade, portanto, não é um “período” da história ocidental, mas um “projeto de dominação” (político, econômico e cultural) e isso não é pouca coisa. Os “antigos” e os “medievais” não sabiam que eram antigos e/ou medievais; os “modernos” e, diria, os “contemporâneos” não só sabem muito bem que são isso ou aquilo, como se acostumaram a rotular tudo com etiquetas de épocas históricas: “igreja barroca”, “palácio rococó”, “moral vitoriana”, “política colonialista”, “mentalidade medieval” e, o que mais intriga, já se fala em “pós-modernidade”. Como escreve Julián Marias³⁴, parece que não há mais “o presente” e o fluxo da história, mas tão-somente “a época” com suas vigências estabelecidas a partir do paradigma de uma história-projeto de dominação.

Não é esta a ocasião de discutirmos as causas do descrédito da História Medieval a partir da autoproclamada modernidade, coisa que está feita sobejamente. Precisamos muito mais destacar que não é a etiqueta que importa, mas o produto; um consumidor não quer uma embalagem ótima e um produto péssimo. O produto do trabalho do historiador é a historiografia e, por isso,

³⁴ Marias 1985, p. 51.

a etiqueta “história isto ou aquilo” não pode comprometer a qualidade epistemológica deste trabalho.

Talvez fosse o caso de recordar ao medievalista que ele é, em primeiro lugar, historiador e que se ele deve lutar contra moinhos de vento, não é certamente pela defesa da medievalidade que, em si, não existe (é invenção dos modernos), mas pela epistemologia da História, esta disciplina erudita que exige do helenista e do medievalista, tanto quanto do brasilianista, a mesma comprometida ousadia de revirar metodicamente os escombros do passado. Como disciplina historiográfica, a História Medieval tem métodos e pressupostos que são comuns aos historiadores de modo geral; talvez o que mude seja o cuidado particular com a natureza de certas fontes e discursos. Mas isso não nos dá o direito de nos enclausurar no conforto de nossa especialidade; um medievalista que não estuda História Contemporânea não há de ser um bom historiador, pois a obrigação de ser erudito não lhe diminui o dever de ser culto.

A disciplina de História Medieval é, acima de tudo, História: este é o seu lugar; se ela é interessante ou não, se tem alguma utilidade ou não, isto é um outro problema, provavelmente alinhado com a perspectiva que o professor olha para a própria História: um professor que se sente mais medievalista que historiador, provavelmente vai desconectar seu ensino especializado do todo que é a formação escolar do estudante universitário que passa pela disciplina de História Medieval porque é etapa obrigatória da carreira, não porque gosta. Ao contrário, um professor que se sente mais historiador que medievalista pode, talvez, vir a instigar os estudantes a perceber as conexões entre as muitas instituições, valores, culturas e narrativas que possuem um passado distante, mas que continuaram a se desenvolver ao longo de séculos, a ponto de estarem imbricadas, por negação ou assimilação, à história de hoje.

Mas já que a especialização é, apesar de tudo, uma promessa de qualidade, não podemos crer que o medievalista, sozinho, consiga modificar os resultados de um projeto político radical, como o da Modernidade, que fez com que a “Idade Média” fosse “Média” ou “intermédia”. Não precisamos carregar o fardo de sermos especialistas em um período ao qual ninguém dá valor: o valor não pertence ao período, mas à história. Se o nosso trabalho for bom para a historiografia, e me refiro às nossas publicações, não importa que seja sobre História Medieval: ele terá o reconhecimento que merece. Será preciso lembrar que Marc Bloch, Georges Duby e Jacques Le Goff são respeitados,

não por serem medievalistas, mas por serem historiadores e difusores de uma nova história?

Os parâmetros curriculares do curso de História, bem como os projetos pedagógicos que estes cursos promulgam para si mesmos, asseguram que a graduação pretende formar profissionais de História, seja no campo da docência (licenciatura) ou da pesquisa/assessoria cultural (bacharelado) ou dos dois juntos, capacitados a lidar com a especificidade da área e esta, é forçoso destacar o óbvio, é a própria historiografia. Assim, mais do que capacitar o egresso a dominar conteúdos com vistas à sua reprodução, espera-se formar um profissional criativo, inventivo e proativo no campo específico da profissão, isto é, a historiografia. E não penso que, quanto a isso, a História Medieval ocupe um lugar menos importante.

Desde o século XIX, entre os historiadores de profissão, estiveram presentes os medievalistas. Não nos esqueçamos de que o período medieval foi campo de investigação historiográfica preferido dos pais fundadores da História acadêmica. Foi o estudo deste passado específico que contribuiu para o aprimoramento dos instrumentais investigativos da História e que, ao consolidar a profissão, permitiu a especialização da área. A investigação da História Medieval permitiu também a criação das primeiras grandes bases documentais de que o Ocidente dispõe, entre as quais se destacaram as *Monumenta Germaniae Historica* (1819). Desse modo, os arquivos de documentos medievais se tornaram o núcleo formador das diversas edições críticas de fontes históricas que, desde o século XIX, universalizaram a pesquisa e permitiram que, no Brasil, surgisse a primeira tese de doutorado em História justamente sobre um problema medieval, como a de Eurípedes Simões de Paula. Portanto, a História Medieval, enquanto um campo de saber, constitui uma etapa necessária da historiografia ocidental e, se se pretende que a faculdade de História forme profissionais da História, não pode negligenciar este campo, independentemente de sua relação com as identidades nacionais.

A História Medieval na sala de aula

Para encerrar esta discussão, gostaria de propor algumas iniciativas de caráter didático que, creio, poderiam simultaneamente ajudar a responder às dúvidas sobre o papel da História Medieval na formação de História, sobre sua capacidade explicativa e seu lugar na historiografia. Tomarei apenas três casos práticos, sacados da rotina da sala de aula e de acontecimentos recentes. Sem pretensão alguma, estes exemplos poderiam ser multiplicados.

O primeiro caso é aquele da historiografia. A avaliação crítica que Almeida³⁵ apresenta sobre a história da História Medieval no Brasil ajuda a ver que nós, medievalistas brasileiros, temos o dever de consciência de nos abirmos à historiografia produzida no e a partir do Brasil. Isso, a meu ver, implica que tomemos atitudes concretas na rotina de nossos cursos. Insisto em dizer que História Medieval é História, isto é, disciplina erudita, submetida a rígidos parâmetros metodológicos e conceituais, mediante exame quantitativo e qualitativo dos vestígios do passado: isso significa que a disciplina de História Medieval pode ser ótima oportunidade para que o estudante seja iniciado no fazer historiográfico.

Em minha opinião, mais importante do que sustentar que o ensino de História Medieval é legítimo e necessário para a formação do historiador, é apresentar ao estudante os materiais e as técnicas que o medievalista usa em seu ateliê de historiador: expor os estudantes aos vestígios do tempo e aos métodos de investigação; instigar a curiosidade pela historiografia acentuando o seu caráter inventivo; insistir na especificidade analítica da área, cuja razão radica na diversidade das culturas anteriores à modernidade.

Recursos para isso não faltam: temos impressionantes bancos digitais de imagens gratuitas de manuscritos ilustrados, de objetos de cultura material e já temos uma sólida bibliografia metodológica, inclusive em língua portuguesa, que podem dinamizar os cursos de História Medieval ao mesmo tempo em que iniciam os estudantes na pesquisa historiográfica. Uma imersão no universo compositivo de uma crônica, de uma legenda, de um vitral ou iluminura pode fazer pelo estudante, em termos de sua formação em História, mais do que a leitura de muitos textos sobre sobre a suposta “mentalidade” medieval.

³⁵ Almeida 2013.

O segundo caso diz respeito ao papel intermediário da História Medieval. É de extrema importância que um curso consiga entrelaçar todas as suas disciplinas. O ensino de História Medieval, talvez, seja aquele que mais facilmente consegue estabelecer diálogos com o estudo de outros períodos, como a História Antiga, a História Moderna, a História da América e do Brasil coloniais: ora, temos de aprender a tirar proveito desta fama de “história do meio”. De vários pontos de vista, a dita História Medieval pode ser compreendida a partir desta sua condição de mediadora entre tradição e modernidade. Exemplo disso encontramos no texto de John Dagenais e Margareth Grer, “Decolonizing the Middle Ages”³⁶: os autores tomam o conceito de “colonização”, tão caro à História Moderna, do Brasil e da América, entendendo-o como uma atitude europeia de ver o outro e dominá-lo. Para eles, antes que alguns países europeus “colonizassem” a África, os europeus, como o já citado Petrarca, “colonizaram” o tempo, identificando a barbárie, que relegavam à África, com as trevas que percebiam em seu próprio passado.

É possível colonizar uma região da história como se coloniza uma região da geografia? Existem muitas razões para crer que sim. A história da “Idade Média” começa no preciso momento em que começa a expansão imperial e colonial da Europa. A Idade Média é o Continente Escuro da História, como a África é a Idade das Trevas da Geografia³⁷.

A instigante ideia de “colonização do passado”, como peça de um processo longo de dominação imperial da Europa em relação ao resto do mundo, pode servir de excelente motivo para que a disciplina de História Medieval contribua para o estudo das demais disciplinas, aí incluídas a História do Brasil. O medievalista está capacitado a fornecer referenciais históricos para o entendimento do grande drama da colonização moderna, até mesmo aquela do século XIX, porque sua especialidade transcende (ou deveria transcender) o recorte geográfico europeu, atingindo, pelo menos, o espaço mediterrâneo e seus três continentes. É claro que, neste ponto, a já tradicional maneira de entender os períodos da história nos condicionou a pensar que a Idade Média é uma época da história da Europa; talvez seja, enquanto sistema explicativo da temporalidade forjado a posteriori. O fato de a “Idade Média” ser associada à história de Europa não torna a História Medieval um estudo europeu. Entre os séculos V e XV, as comunidades políticas e religiosas que povoavam a bacia

³⁶ Dagenais, Grer 2000.

³⁷ Dagenais, Grer 2000, p. 431.

do Mediterrâneo, de norte a sul, leste a oeste, travaram numerosas trocas e estiveram em profundas interações. O mesmo se diga destas comunidades em relação àquelas do norte europeu ou do leste asiático. A abordagem da História Medieval a partir do eixo mediterrâneo possibilita a percepção das interações interculturais do islam, cristianismo e judaísmo, sistemas religiosos, de natureza sócio-política, que deram forma mental à boa parte das sociedades contemporâneas. A história do Brasil, por exemplo, desponta e se constrói sobretudo dentro deste caldo de cultura que, unindo a Península Ibérica ao Norte de África, as repúblicas italianas aos reinos mongóis, traçou novas rotas de interação e transformação dos espaços e tempos. Quanto a isso, basta citar Costa e Silva:

Fortificou-se em mim a convicção de que a história brasileira não radica somente nas migrações ameríndias e na chegada portuguesa. Jamais saberemos o que realmente fomos, se não a desfiarmos pelo menos desde Afonso Henriques, na praia ocidental da Península Ibérica, e desde Nok e a expansão dos bantos, no continente que a nós temos defronte³⁸.

O terceiro caso tem a ver com o nacionalismo e a questão das novas vagas migratórias. A invenção das nações e o surgimento do nacionalismo, sobretudo no século XIX, é outro campo que interessa muito às disciplinas de História Contemporânea, do Brasil e das Américas e, para o qual a História Medieval está apta a contribuir concretamente. A medievalística acadêmica nasceu muito atrelada ao estudo da origem dos povos europeus, por haver certo consenso de que a chegada e a acomodação dos povos bárbaros, no território romano, a partir do século V, teria renunciado as atuais nações do bloco europeu. Assim, o movimento romântico tendeu a olhar para o passado medieval como a infância da Europa, um tempo de simplicidade campesina, anterior à ascensão do racionalismo. Os atuais estudos sobre o nacionalismo, levados a cabo por medievalistas, têm desmontado grande parte destes mitos que dão conforto ao presente e que, em certos casos, servem para anestesiar a consciência de Estados dominadores que, para construir sua unidade territorial, lançaram mão inclusive de armas, mas sobretudo de ideologias, e extirparam comunidades inteiras, começando por tirar-lhes seu idioma comum. Patrick Geary, por exemplo, chama o nacionalismo de “lixo tóxico”³⁹ que contamina o estudo das comunidades do passado, como os Francos, os

³⁸ Costa e Silva 2009, p. 15.

³⁹ Geary 2005, p. 27.

Visigodos e os Suevos, ao nos induzir a pensar em continuidades históricas que são geralmente invenções de poderosos em vias de dominação.

Neste sentido, o estudo da Alta Idade Média (séc. V-VIII) proporciona ao graduando em História balizas conceituais prévias para o estudo do conceito de “povo”, “etnia” e “nação” que foram e são mobilizados nas relações culturais do mundo contemporâneo. O Ocidente latino, o Norte de África e o Oriente Médio experimentaram, entre os séculos V-VIII, uma grande movimentação de comunidades civis, destacamentos militares e grupos errantes que desarranjaram e remodelaram o mapa do antigo mundo romano. Que isso tenha significado o declínio do Império depende da orientação historiográfica do investigador, mas, independentemente disso, a experiência histórica de grandes migrações e a construção de novos polos de convivência e sociabilidade, que afligiram os recém-chegados e os antigos moradores, experimenta-se atualmente em boa parte de África, Oriente Médio, Europa e até América.

Medievalistas como Walter Pohl⁴⁰ e Patrick Geary⁴¹ nos ajudam a entender que a categoria “povo” não é um fato, nem um fator de continuidade, mas uma “construção situacional”; povos não são sujeitos da história, mas seus produtos, cabendo ao estudioso estabelecer, primeiro, a história para, depois, chegar ao “povo”. Os estudos medievais também advertem para o risco de se confundir etnicidade com determinismos biológicos: ‘Em algum ponto, a arqueologia anglo-saxônica precisa perceber que etnicidade não tem nenhuma ligação com origens genéticas ou geográficas. Etnicidade, como uma identidade, é um estado de mente’⁴². Todas estas reflexões partiram do estudo de comunidades da Alta Idade Média, em meio a contextos de migrações, trocas inter-culturais e formação de nova etnicidade; creio que todos estes elementos seriam bem aproveitados num estudo, por exemplo, das atuais migrações que afligem a Síria, países da África Oriental e do Norte e o continente europeu: estruturas de dominação parecem se repetir; critérios religiosos continuam mais fortes que qualquer sentimento de nacionalidade; o argumento do passado como infância de um povo ainda é usado para excluir os recém-chegados.

Vejam, a título de demonstração, a matéria jornalística publicada na página virtual da rede de comunicações RTP de Portugal, intitulada “Primeiro-minis-

⁴⁰ Pohl 2003.

⁴¹ Geary 1983.

⁴² Halsall 2006, p. 235.

tro húngaro vê refugiados como ameaça às “raízes cristãs” da Europa” (03 de setembro de 2015)⁴³ e assinada por Andreia Martins. A reportagem comenta um artigo de autoria do primeiro-ministro húngaro, Viktor Orban, publicado no jornal alemão Frankfurt Allgemeine Zeitung; segundo a reportagem,

Orban considera que os Executivos europeus estão a agir contra a vontade dos seus povos” (...) “fala de uma “invasão” [sic] de refugiados, sobretudo muçulmanos. Situação que preocupa o governante, até porque, defende, “a Europa e a cultura europeia têm raízes cristãs e é “alarmante” [sic] o facto de os povos europeus não conseguirem “defender os próprios valores cristãos” (os grifos meus, mas as aspás do texto).

O tom do discurso é bastante eloquente e remete àquilo que há pouco se dizia sobre as migrações/invasões, porém agora os bárbaros que invadem são os muçulmanos e o império invadido é a Europa cristã que, tal como a velha Roma, não consegue defender seus próprios valores. Esta opinião de Viktor Orban remete-me imediatamente ao discurso proferido pelo papa Bento XVI, em 12 de setembro de 2006, na Universidade de Regensburg, diante de auditório acadêmico:

Considerando tal encontro [da fé bíblica com a filosofia grega], não surpreende que o cristianismo, apesar da sua origem e de qualquer desenvolvimento importante no Oriente, tenha no fim de contas encontrado a sua fisionomia historicamente decisiva na Europa. E o mesmo se pode exprimir inversamente: o referido encontro, ao qual depois veio juntar-se o património de Roma, criou a Europa e permanece o fundamento daquilo que, com razão, se pode chamar Europa (Bento XVI, Aula Magna na Universidade de Regensburg, 2006)⁴⁴.

Que o chefe da maior igreja cristã do mundo, cuja sede emblematicamente fica em Roma, entenda a Europa como uma construção cristã é fácil de compreender, mas que o chefe de governo de um Estado que professou o ateísmo comunista por 40 anos venha a invocar valores cristãos é bastante complicado. O vocabulário forjado pelo nacionalismo do século XIX, e atribuído artificialmente à Alta Idade Média, é reaproveitado, no presente, para aumentar o lastro da exclusão. Nações poderosas, como os Estados Unidos da América e aquelas da União Europeia, temem pelo chamado terrorismo islâmico e,

⁴³ Disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/fuga-para-a-europa/primeiro-ministro-hungaro-ve-refugiados-como-ameaca-as-raizes-cristas-da-europa_n855804 (acessado dia 15 de fevereiro de 2016).

⁴⁴ Disponível em: https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg.html (acessado dia 15 de fevereiro de 2016).

para combatê-lo, lançam mão de táticas igualmente terroristas; mas, por que o senso comum ocidental considera “terrorismo” aquilo que fazem os radicais islâmicos e não o que fazem as potências ocidentais? Talvez porque nossas sociedades, apesar de laicas e seculares, ainda utiliza o conceito de Ocidente que na época de Carlos Magno (747-814) se chamava “cristandade”, isto é, uma unidade civilizacional em que só a fé cristã confere cidadania, portanto, civilização. Na perspectiva do jogo do poder, afastar “invasores”, defender fronteiras e raízes de nações inventadas na contemporaneidade é algo tão relevante que vale até apelar para a noção vaga de valores cristãos. No discurso de um chefe político, compreende-se que os vocábulos “povo”, “crença” e “cultura” se tornam constructos ideológicos mobilizados para dar uma sensação de continuidade e para justificar legitimamente a muralha que novamente se constrói para separar o “nós” do “eles”.

Frente a este estado de coisas, estou convencido de que nunca os estudos medievais foram tão necessários como agora. Os radicalismos políticos, ideológicos e religiosos atuais, bem como os discursos forjados para responder-lhes possuem sua contraparte no período medieval e, geralmente, num sentido oposto, isto é, menos radical. Observar a Idade Média não é receita para curar nossos males, mas pode abrir nossa cabeça para os equívocos e falácias dos projetos sócio-políticos predominantes. Christian Laville, em “A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História”⁴⁵ escancara o fato de que o ensino de História foi, mas parece que continua sendo, uma questão de defesa de tipos precisos e exclusivos de poderes, geralmente nacionalistas e conservadores. Uma análise crítica da história contribuiria muito para impedir que tais forças solapem a pluralidade das expressões humanas por uma narrativa homogênea, fechada e auto-referente.

⁴⁵ Laville 1999.

Bibliografia

- Almeida, Ana Carolina Lima y Amaral, Clínio de Oliveira, “O Ocidente Medieval segundo a historiografia brasileira”, en: *Revista Medievalista online* Ano 4, Nº 4, Lisboa, 2008.
- Asfora, Wanessa Colares, Aubert, Eduardo Henrik y Castanho, Gabriel de Carvalho Godoy, “L’Histoire Médiévale au Brésil. Structure d’un champ disciplinaire” en: *Le Moyen Âge vu d’ailleurs: voix croissés d’Amérique latine et d’Europe*, Magnani, E. (coord.). Editions Universitaires de Dijon, Dijon, 2010.
- Aubert, Eduardo Henrik, “Apontamentos sobre a legitimidade atual da história medieval tecidos no entorno de uma obra recente”, en: *Medievalista (online)*, Vol. 14, Lisboa, 2013.
- Bastos, Mário Jorge da Motta y Rust, Leandro, “Translatio studii. A história medieval no Brasil”, en: *Signum Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais*, Vol. 10, 2008.
- Capelato, Maria Helena Rolim, Glezer, Raquel y Ferline, Vera Lúcia Amaral, “Escola uspiana de História”, en: *Estudos Avançados*, Vol. 8, Nº 22, São Paulo 1994.
- Cardoso, Irene de Arruda Ribeiro, *A universidade da Comunhão Paulista. O projeto de criação da Universidade de São Paulo*, Cortez Editora, São Paulo, 1982.
- Costa e Silva, Alberto, *A Enxada e a Lança. A África antes dos Portugueses*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2009.
- Dagenais, John y Greer, Margareth, “Decolonizing the Middle Ages”, en: *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, Vol. 30, Nº 3, 2000.
- Ferreira, Marieta de Moraes, “Os professores franceses e a redescoberta do Brasil”, en: *Revista Brasileira*, Vol. XI, Nº 43, Rio de Janeiro, 2005.
- Franco Júnior, Hilário y Bastos, Mário Jorge da Motta, “L’Histoire du Moyen Âge au Brésil”, en: *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre (BUCEMA)*, Vol. 7, 2003, en internet: <https://cem.revues.org/3322> (29/11/ 2016).
- Geary, Patrick, “Ethnic Identity as a situational construct in the early Middle Ages”, en: *Mitteilungen der Anthropologischen Gesellschaft in Wien*, Vol. 113, Viena, 1983.

- Geary, Patrick, *O mito das nações. A invenção do nacionalismo*, trad. Fábio Pinto, Conrad, São Paulo, 2005.
- Guerreau, Alain, *El futuro de un pasado. La Edad Media en el siglo XXI*, Critica, Barcelona, 2002.
- Halsall, Guy, “Movers and shakers”, en: Noble, Th. (coord.). *From Roman Provinces to Medieval Kingdoms, Rewriting Histories*, Routledge, Nova Iorque, 2006.
- Laville, Christian, “A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História”, en: *Revista Brasileira de História*, Vol. 19, Nº 38, São Paulo, 1999.
- Lefèvre, Jean-Paul, “Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930”, en: *Vingtième Siècle, revue d’histoire*, Vol. 38, Nº 1, 1993.
- Mariás, Julián, *Introdução à Filosofia*, trad. Diva Ribeiro de Toledo Piza, Duas Cidades, São Paulo, 1985.
- Morsel, Joseph, *L’Histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat... Réflexions sur les finalités de l’Histoire du Moyen Âge destinées à une société dans laquelle même les étudiants d’Histoire s’interrogent*, LAMOP, Paris, 2007. En: <http://lamop.univ-paris1.fr/archives/JosephMorsel/Sportdecombatmac.pdf>
- Pohl, Walter, “The construction of communities and the persistence of paradox”, en: Corradini, Richard, Diesengerger, Max y Reimitz, Helmut (coord.), *The construction of Communities in the Early Middle Ages*, Brill, Leiden/Boston, 2003.
- Rodrigues, Lidiane Soares, “Armadilha à francesa: homens sem profissão”, en: *História da Historiografia*, Nº 11, Ouro Preto, 2013.
- Rodrigues, Lidiane Soares, “Os Annales e nós. Resenha do livro de Roiz, Diogo da Silva y Santos, Jonas Rafael, *As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*, Paco Editorial, Jundiáí, 2012”, en: *História da Historiografia*, Nº 15, Ouro Preto, 2014.
- Roiz, Diogo da Silva y Santos, Jonas Rafael, *As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*, Paco Editorial, Jundiáí, 2012.
- Schneider, Jean, “Notice sur la vie et les travaux de Émile Coornaert, membre de l’Académie”, en: *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, Vol. 126, Nº 1, 1982.

Schönberger, Otto y Schönberger, Eva, Francesco Petrarca. *Epistulae Metricae. Briefe in Versen. Herausgegeben, übersetzt und erläutert von Otto und Eva Schönberger*, Verlag Königshausen & Neumann GmbH, Würzburg, 2004.

Silva, Andréia Cristina Lopes Frazão da, “Os estudos medievais no Brasil e o diálogo interdisciplinar”, en: *Revista Medievalis*, Vol. 1, Nº 2, Rio de Janeiro, 2013, en internet: www.medievalis.nielim.com (29/11/ 2016).